

RELATO DE PESQUISA

Linguística popular: questões sobre práticas emancipatórias

Livia Maria Falconi PIRES 

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Mara Boin Menossi de ARAUJO 

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Marcelo Rocha Gonçalves (UFMS)
- Dennis Preston (UK)
- Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

AVALIADO POR

- Alexandre da Costa (UFG)
- Renata Carreon (UNICAMP)

SOBRE OS AUTORES

- Livia Maria Falconi Pires
Conceptualização, Escrita – rascunho original – e Escrita – análise e edição.
- Maria Boin Menossi de Araujo
Conceptualização, Escrita – rascunho original – e Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 20/11/2022
- Aceito: 19/09/2023
- Publicado: 31/12/2023

COMO CITAR

Pires, L. M. F.; Araujo, M. B. M. (2023). Linguística popular: questões sobre práticas emancipatórias. *Revista da Abralín*, v. 22, n. 2, p. 113-127, 2023.

RESUMO

A linguística popular, campo de estudos da linguagem já bem constituído no contexto estadunidense, a partir dos trabalhos de Niedzielski e Preston (2003) e no francês, a partir dos trabalhos de Paveau (2008 e 2019), começa a produzir os seus primeiros resultados no Brasil, a partir dos trabalhos de Baronas e Cox (2020); Baronas (2021); Baronas, Gonçalves e Santos (2021) e Baronas, Mattos e Almeida (2021). Esse campo de estudos se debruça, reflexivamente, entre outras coisas, sobre as práticas linguísticas dos não-linguistas, isto é, busca entender o funcionamento de práticas descritivas, prescritivas, intervencionistas e militantes de sujeitos que não tem formação em letras ou em linguística, mas mesmo assim produzem saberes sobre a própria língua e a língua dos outros. Essas práticas abarcam um conjunto de fenômenos linguísticos que vão da percepção, passando pela avaliação e chegam aos metadiscursos produzidos pelos sujeitos sobre a sua língua e a língua dos outros. Neste trabalho, procuramos levantar um conjunto de práticas linguistas emancipatórias que circulam no ambiente digital, buscando compreendê-las de modo a empreender uma tipologia específica para tais práticas em virtude do corpus de análise selecionado, denominamos como práticas originárias. Em última instância, nossa questão de fundo é verificar em que medida, para além do politicamente correto, as práticas militantes produzem reconfigurações linguísticas nas falas das pessoas.

ABSTRACT

Folk linguistics, a field of language studies already well-established in the

American context, after the works of Niedzielski and Preston (2003) and in the French one after the works of Paveau (2008 and 2019), begins to produce its first results in Brazil, after the works of Baronas and Cox (2020); Baronas (2021); Baronas, Gonçalves and Santos (2021) and Baronas, Matos and Almeida (2021). This field of study reflexively addresses, among other things, the linguistic practices of non-linguists, that is, it seeks to understand the functioning of descriptive, prescriptive, interventionist and militant practices of individuals who are not trained in linguistics, but nevertheless produce knowledge about their own language and the language of others. These practices encompass a set of linguistic phenomena that range from perception to evaluation and arrive at the metadiscourses produced by the subjects about their own language and the language of others. In this paper, we will seek to raise a set of emancipatory linguistic practices that circulate in the digital environment, seeking to understand them in order to undertake a specific typology for such practice by virtue of the selected corpus of analysis. Ultimately, our underlying question is to verify militant practices produce linguistic reconfigurations in people's speech.

PALAVRAS-CHAVE

Linguística popular. Não-linguistas. Práticas emancipatórias.

KEYWORDS

Folk linguistics. Non-linguists. Emancipatory practices.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS

A linguística popular campo de estudos que se debruça, entre outras coisas, sobre as práticas linguísticas dos não-linguistas, isto é, busca entender o funcionamento de práticas de sujeitos que não tem formação em letras ou em linguística, mas mesmo assim produzem saberes sobre a própria língua e a língua dos outros. Essas práticas abarcam um conjunto de fenômenos linguísticos que são produzidos pelos sujeitos sobre a sua língua e a língua dos outros. Neste trabalho, procuraremos levantar um conjunto de práticas linguísticas as quais denominamos de emancipatórias que circulam no ambiente digital, buscando compreendê-las de modo a empreender uma categorização em virtude do corpus de análise selecionado. Em última instância, nossa questão principal é verificar em que medida, para além do politicamente correto, as práticas de mobilização da língua produzem reconfigurações linguísticas nas falas das pessoas.

Introdução

A Linguística Popular é a linguística dos não-linguistas, não a dos usos da língua, mas das reflexões e das práticas de análise sobre a língua. É comum nos depararmos com práticas linguísticas efetivadas por não-linguistas das mais diferentes ordens, o que Paveau (2021) propõe é que esses saberes produzidos acerca da língua sejam integrados aos estudos linguísticos científicos e acadêmicos: "o integracionismo significa ficar com o e, em vez do ou" (PAVEAU, 2018, p.42).

Com o objetivo de contribuir com os estudos em Linguística Popular e com o empreendimento deste campo de estudos no Brasil, desenvolvemos nosso trabalho tendo como temática práticas linguísticas nomeadas por Paveau (2020) como emancipatórias. Assim sendo, tomamos suas proposições teóricas para este artigo, também estamos embasadas nas ideias empreendidas no Brasil (BARONAS et al, 2021), em especial, temos como objetivo: entender como se dá a prática linguística emancipatória feita por não-linguistas militantes e, ao mesmo tempo, propor uma categorização ou o que na esteira de Paveau (2021), chamaríamos de tipologia específica.

Na medida em que os estudos sobre a Linguística Popular no Brasil encontram-se em seu início, julgamos pertinente para a construção e estabilização de tal disciplina produzirmos categorizações metodológicas. Compreendemos que o campo de estudos em Linguística Popular encontra-se em fase de expansão e, principalmente, consolidação; desse modo, pensamos ser fundamental para análise e descrição linguística que esse campo se volte para repensar questões, propor reflexões e expansão da teoria quando se depara com corpus de análise, como o que trouxemos para nosso trabalho, que suscita diferentes questões.

Para tanto, nosso corpus de trabalho se encontra em ambiente virtual, já que, é desse lugar que tiraremos exemplos do funcionamento das práticas de não-linguistas. Usaremos enunciados postados em redes sociais, mais especificamente, no perfil do Twitter da agência de checagem Lupa e do Instagram da loja de móveis Etna.

1. O que é Linguística Popular?

Um campo de estudos que se abre no Brasil, a Linguística Popular tem ganhado contornos, caminhos e parcerias nas mais diversas instâncias, acreditamos que esse movimento se dê em virtude dela propor que se considere saberes das mais diversas ordens acerca da língua que possamos "quebrar os muros" e não construir mais muros com os quais tivemos que lidar acerca do fazer científico e da produção acadêmica.

Nesse caminho, pensar na estabilidade cartesiana dos campos científicos, quando se entende que para ser considerado ciência é preciso que aquele fenômeno ou objeto de pesquisa tenha perpassado instâncias que o possam legitimar enquanto tal, torna-se algo que promove um certo

desconforto para aqueles que ainda se sentem seguros em manter um único olhar sobre a língua: o do fazer científico.

Contudo, diante de afirmações científicas que afastam e negam o que é produzido no senso comum, desconsideram toda comprovação que esteja fora dos parâmetros da ciência, é que nasce a Linguística Popular. Buscamos contribuir para esse “olhar antieliminativo dos saberes populares” (OLIVEIRA; FALCONI-PIRES, 2021).

O saber popular de um lado e a ciência de outro é o que quer desconstruir a Linguística Popular ao propor que se considerem práticas linguísticas dos não-linguistas. Diante das mudanças comunicacionais em que há predominância dos tecnodiscursos, que a abordagem discursiva deve considerar também aspectos como os produzidos pela máquina (os algoritmos, por exemplo) como determinantes dos sentidos produzidos pela linguagem, é preciso considerar também o que circula na Web, as relações se modificaram, as redes sociais potencializaram o contato, a troca o crescimento do vínculo referencial dos sujeitos assim como o senso comum tomou voz e lugar nesses espaços das redes, o que suscita um olhar distinto sobre essa produção de saberes sobre língua. Muitas vezes, quando nos deparamos com post em uma rede social que defende determinada ideia, fica difícil saber se é algo produzido, baseado no senso comum ou é um saber linguístico científico. Por isso, Paveau (2018) propõe uma abordagem integrativa e anti-eliminativa desses discursos. Na seção seguinte, iremos explanar um pouco sobre sua abordagem e proposições tipológicas para os não-linguistas e para as práticas linguísticas.

1.1 A abordagem integrativa, os não-linguistas e suas práticas

A linguística popular não se coloca em oposição a linguística acadêmica, sendo possível contemplá-la em um estudo científico da linguagem é o que recomenda Paveau (2018) ao afirmar que as abordagens científica e popular são anti-eliminativas, pois, “os enunciados populares não são necessariamente crenças falsas a serem eliminadas da ciência. Constituem ao contrário saberes perceptivos, subjetivos e incompletos a serem integrados aos dados científicos da linguística” (PAVEAU, 2018, p.28).

Assim sendo a abordagem integrativa proposta pela autora apresenta algumas características importantes:

- a) considera a linguística popular como um *continuum*, ou seja, não é oposta à linguística acadêmica;
- b) propõe integrar plenamente os dados populares/folk a um estudo científico da linguagem;

- c) a noção de saber e consciência epilinguística¹ pode fornecer argumentos para uma posição integracionista, ou seja, antieliminativa.

A língua, para a Linguística Popular, é claramente entendida como um bem comum e, por isso, os discursos sobre a língua também o são, Paveau (2021) afirma que todo mundo faz linguística em diferentes níveis, situações e momentos e somente alguns o fazem de maneira mais científica do que outros, são os chamados linguistas. Assim, os não-linguistas, ou seja, as pessoas que não têm diplomas em ciências da linguagem e não pertencem a uma comunidade científica praticam uma linguística denominada, no contexto francês, “popular”, em que a expressão Linguística Popular é uma tradução da expressão inglesa folk linguistics. Segundo Baronas (2021, p.1):

o traço que distingue a Linguística Popular/*Folk linguistics* de outras perspectivas teóricas que se debruçam sobre o objeto língua é justamente a possibilidade de compreender *como* e *porque* os discursos que dizem da língua afetam a própria língua, enquanto objeto de conhecimento. Quando nos referimos aos discursos que dizem de língua não estamos pensando somente nos discursos morais sobre a língua, os prescritivos, por exemplo, mas, sobretudo, as práticas descritivas, intervencionistas e militantes.

A partir das categorizações empreendidas por Paveau (2021) em seu texto intitulado “Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas” recentemente traduzido e publicado na obra “Linguística Popular/*Folk Linguistics*: práticas, proposições e polêmicas”², proferido por ocasião da abertura do primeiro Seminário de Linguística Popular (SIELIPOP) em 2020, a autora desenvolve o que denomina de tipologia dos não-linguistas, elencando as categorias como: Cientistas não-linguistas; Linguistas amadores; Militantes; Logófilos, glossomaniacos; Corretores-revisores-redatores/Corretoras-revisoras-redatoras; Escritores(as), ensaístas; Crianças; Ludo-linguistas; Oradores/Locutores.

Cada uma dessas categorias abarca um conjunto específico de não-linguistas, todas elas nos interessam; entretanto, nesse trabalho, daremos enfoque ao que Paveau (2021) denomina como não-linguistas Militantes, entendemos que se trata daqueles que além de promoverem uma reflexão sobre língua, se utilizam desse movimento para defenderem uma causa que lhe é importante. De modo geral, diríamos que empiricamente observamos que os não-linguistas Militantes estão em defesa de algum grupo que sofre algum tipo de preconceito, exclusão e discriminação, o que para nós implica que tal categoria pode apresentar subcategorias e, também, algumas ramificações. Nas palavras de Paveau (202, p.9), os Militantes movem a Linguística Popular porque:

1 Entendemos como consciência epilinguística como “uma instância que fornece dados linguísticos da ordem da percepção. Se, numa perspectiva empírica, a linguística faz jus às dimensões experiencial e cultural da linguagem, ou seja, se o objeto da linguística integra os usos da língua pelos sujeitos sociais e cognitivos, então os dados perceptivos da linguística folk podem ser levados em conta como dados linguísticos, pura e simplesmente” (PAVEAU, 2018, p.38).

2 PAVEAU, Marie-Anne. Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas (Trad. Livia M. Falconi Pires e Roberto Baronas). In: (BARONAS; COX, 2020).

quase sempre integram no seu ativismo uma reflexão sobre as palavras e o uso da linguagem em geral, são verdadeiros linguistas profanos, como mostram, por exemplo, as dezenas de definições, léxicos, minidicionários ou wikis³ (colaborativas) que estão listados online.

Analisar o conjunto de enunciados realizados pelos não-linguistas é de grande relevância para os estudos em Linguística Popular. Tais conjuntos são chamados por Paveau (2020) de práticas linguísticas profanas, ou seja, que são realizadas por pessoas que não tem formação nas ciências da linguagem, como também não pertencentes a uma comunidade científica. Em vista disso, Paveau (2021) propõe a categorização em quatro tipos de práticas linguísticas: a) descrições, b) prescrições, c) intervenções e d) práticas emancipatórias.

- a) As práticas linguísticas descritivas ou descrições dizem respeito às reflexões verbalizadas sobre língua que tem como pano de fundo algum tipo de percepção sobre o funcionamento da língua; diríamos que se trata de uma opinião do tipo "isso não é português" (no sentido de que isso não é correto linguisticamente falando) ou um julgamento que aponta uma adequação (ou não) entre nomes e coisas (por exemplo, "acho que esse nome não serve/combina").
- b) As práticas linguísticas prescritivas ou prescrições são práticas que encontramos com frequência em relação a Língua Portuguesa haja vista o imaginário que se tem sobre o que seria a língua correta no Brasil. Falar certo ou falar errado estão ligadas ao uso da norma culta ligado a um certo purismo, as observações são empreendidas, de modo geral, levam sempre em conta a ortografia e as escolhas lexicais. Segundo Paveau (2020), a ortografia na França funciona como uma potente ferramenta de segregação social, ademais é uma obsessão cultural nacional. Algo semelhante se dá no Brasil em que a ideia de língua chega a desconsiderar usos e conteúdos e se prende ao uso de regras ortográficas e/ou de acentuação. Já a questão lexical configura o que se chamaria de cultura da elite, quem usa as melhores palavras, circula por classes sociais mais abastadas (privilegiadas). De modo geral, Paveau (2005, 2020) nos mostra que as práticas prescritivas preocupam-se com as regras da língua, as regras são exaltadas em diferentes espaços, no Brasil, principalmente os escolares, por gramáticos que comercializam formas de prescrever o bem falar.
- c) Nas práticas linguísticas intervencionistas, há um outro movimento que Paveau (2020) entende como espontâneo, chegando a ter como pano de fundo a ideia de facilitar o uso da língua de forma a torná-la mais acessível. De modo sucinto, podemos dizer que esse tipo de prática está ligada sempre a uma questão estética da língua.

3 Nota do tradutor- Páginas web que permitem que usuários façam modificações.

- d) As práticas emancipatórias estão, muitas vezes, imbricadas com as práticas intervencionistas, contudo, diferenciam-se porque dizem respeito a questões éticas sobre a língua. Assim, as práticas emancipatórias propõem que se observe um militantismo social ou político. De modo geral, há sempre uma proposição, uma reflexão sobre quais palavras devem ser usadas e as questões do léxico são frequentemente trazidas para o centro do ativismo.

As práticas emancipatórias são aquelas apresentadas em nosso material de análise que implicam pensar que se trata de não-linguistas militantes conduzindo suas reflexões sobre a língua produzindo uma prática linguística emancipatória que sendo política e/ou social está baseada no discurso, por meio de palavras, visto que se encontram nos ativismos reflexões sobre quais termos usar para se referir a um determinado grupo, sobre maneiras de falar ou até a respeito das formas de debate. De acordo com Paveau (2020, p.38), “o dicionário ou o léxico é quase um elemento obrigatório de todo ativismo e o advento da Internet reforçou a prática lexicográfica”. O uso da linguagem inclusiva, por exemplo, vem ganhando ampla discussão na sociedade, especialmente por meio dos ativistas que explicam a importância do uso, a fim de respeitar as diferentes identidades de gênero, assim como para que o gênero que se refira a todas as pessoas não seja no gênero masculino⁴.

2. Práticas emancipatórias: o falar do termo a partir de sua origem

Assinalamos, mais uma vez, que para esse artigo, dando continuidade aos nossos trabalhos, nos deteremos na categoria de não-linguistas Militantes e suas práticas emancipatórias. Tais práticas trazem, de maneira mais efetiva, a materialização das lutas, embates, as ocupações de lugares dos grupos invisibilizados, portanto, serão abordadas nos próximos tópicos, já que, são elas que constituem o objetivo central deste trabalho. Podemos afirmar, então, que aqui trouxemos as mobilizações do que Paveau (2020a) denomina de *locutores comuns*, afinal são postagens que discutem a língua feita por pessoas comuns, cotidianas.

É importante salientarmos aqui que ao usarmos as lentes da Linguística Popular, transpassamos o nosso objeto, os sujeitos populares e a mobilização que eles fazem da língua produzem sentidos e práticas. Na esteira da Linguística Popular, compreende-se tais movimentos e não, apenas, classifica-se, mas sim, incorpora-se, promovendo uma ciência antieliminativa.

Os fazeres linguísticos estão espalhados pelos diversos fazeres languageiros. A militância, sobre a qual falaremos mais fortemente a seguir, por exemplo, seja ela das ruas ou da academia, se pauta

4 Santos, Carvalho e Santos (2021) exploram melhor esta questão no artigo *Da gramática normativa à linguística popular militante: um percurso da linguagem neutra*.

nas questões linguísticas para produzir e dar o seu grito e são nessas mobilizações e nessas práticas que se encontram e se projetam os embates.

Sobre as práticas emancipatórias, Paveau (2020) assinala que são práticas mobilizadas pelo o que ela denomina de não-linguistas militantes. Diferente das práticas ditas prescritivas.

Essa prática linguística corretiva tem uma dimensão política e ética. Pode parecer cair na prescrição e pode ser considerada como um "diga" versus "não diga", como na Academia Francesa, e de fato tem essa forma. Mas o que a diferencia é a intenção emancipatória, o objetivo de restaurar a dignidade do(da) negro(a) e o objetivo antirracista. É nisso que se diferencia de uma simples prescrição normativa ligada à correção da linguagem, por propor uma ética da língua. (PAVEAU, 2020,P. 40).

Para nós, essa categorização não-linguistas Militantes possui subcategorias as quais pretendemos investigar melhor. No entanto, podemos postular de antemão, a partir de nossas investigações preliminares, pelo menos uma subcategoria de prática, a prática emancipatória originária as quais identificamos fazeres linguísticos emancipatórios que promovem discussões e interferências no próprio funcionamento e andamento das reflexões tecidas da e sobre a língua.

Compreendemos, então, que:

O militantismo social ou político é baseado em um discurso sobre as palavras. Vários trabalhos recentes na Análise do Discurso sobre o gênero mostraram a centralidade das práticas linguísticas profanas nos discursos que se desenvolveram nos debates em torno do casamento de pessoas do mesmo sexo (HUSSON, 2017) ou em discursos sobre intersexualidade (MARGINIER, 2016). Na maioria dos ativismos encontramos reflexões sobre quais palavras usar ou não usar, sobre as maneiras de falar ou sobre as formas do debate. (PAVEAU,2020, p.38)

Como já pontuamos, as redes sociais promovem a circulação do dizer, a disseminação de práticas languageiras. Segundo Paveau (2021), no contexto do ativismo as discussões sobre os termos e seus usos são frequentes, na França, o termo *negro*, por exemplo, tem sido objeto de constantes discussões e polêmicas desde o início do século XX, devido aos movimentos anticolonialistas. Mais de um século depois, a palavra *preto* está ocupando lugar no discurso ativista. Marie Treps apresenta a palavra assim em *Maudits mots*. A fabricação de insultos racistas:

Emprestado do anglo-americano, o preto aparece na França na década de 1980 e se refere a uma pessoa de pele negra, sem distinção cultural ou geográfica. Ele é então recebido como um substituto providencial de negro, suspeito de transmitir estereótipos racistas, e mesmo negro, considerado tão desatualizado e não tão trivial quanto aquele (TREPS, 2017, p. 251 apud Paveau p.39).

Ainda no contexto Francês, Paveau (2021) enfatiza que a palavra se tornou “da moda”, circulando em slogans como “Preto, branco, árabe” que descrevia a seleção francesa de futebol vitoriosa na Copa do Mundo de 1998. Mas, no final da década de 1990, a palavra foi contestada pelos negros(as), que a viam como um eufemismo impróprio e uma maneira de evitar a palavra negro “uma campanha de 2010

produziu enunciados corretivos, "Eu sou negro, não preto", "Eu sou negra, não preta" ou simplesmente "negro, não preto", inscritas em em uma hashtag (#NegroNãoPreto)⁵ e em camisetas”(Paveau, 2021,p.39).

Essa prática linguística corretiva, como sinaliza Paveau (2021), apresenta uma dimensão tanto política quanto ética, ao mesmo tempo, também se mostra como uma prática prescritiva já que pode ser considerada como um "diga" versus "não diga", como na Academia Francesa, e de fato pode ser considerada como tal. Todavia, trata-se essencialmente de uma prática emancipatória porque objetiva restaurar a dignidade do(da) negro(a), tem um pano de fundo antirracista e, nesse caminho, propõe uma ética da língua e acaba por se distanciar da prescrição normativa que está estritamente ligada a uma correção da linguagem.

Nesse sentido, propomos que a prática linguística que toma como mote de reflexão uma perspectiva ética, a prática emancipatória possa ser subcategorizada de acordo com o procedimento linguístico mobilizado pelos militantes. Nos exemplos abaixo⁶, temos o funcionamento de uma prática emancipatória originária que tem como procedimento linguístico a etimologia do termo que mobiliza. Contudo, é importante frisar que se trata de uma etimologia popular que apesar de ter indícios de cientificidade é produzida por não-linguistas, por pessoas comuns, ou seja, sem o subsídio de um método científico, mas calcado no dizer popular. Observamos, em nosso material de análise, que há um movimento da militância anti-racista relacionado com os usos da língua. Para Paveau (2020, p.48), “o ativismo é indissociável de uma reflexão sobre a linguagem que se manifesta em um discurso metalinguístico real.”

Em geral, é pela entrada etimológica que se produz um questionamento ou, até mesmo, um dizer ou não dizer de termos e expressões. Abaixo trouxemos o recorte do corpus de análise em que há explicações, ou até definições, das expressões “Feito nas coxas” e “Criado mudo” que, segundo seus autores, são racistas e segregam os indivíduos quando são usadas em virtude de sua origem.

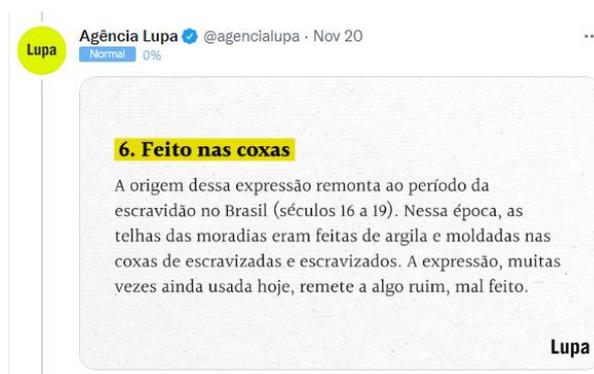


FIGURA 1-Agência Lupa no Twitter em 2021.

Fonte: <https://twitter.com/agencialupa/status/1463653810795122688>

5NT: Pode ser encontrada aqui uma sutil disputa entre línguas, visto que black vem do inglês.

6 Cabe acrescentar que nosso escopo não é verificar efetivamente a veracidade dos fatos, mas, observar o funcionamento das reflexões tecidas sobre (e na) língua.

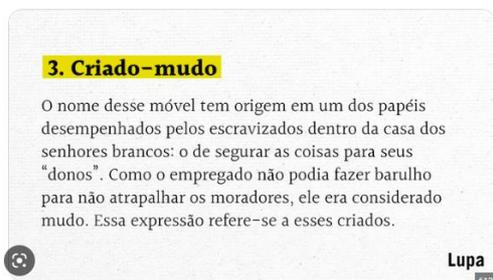
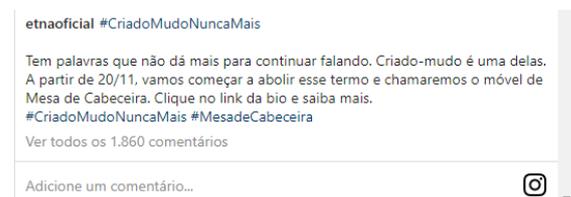


FIGURA 2 - Agência Lupa no Twitter em 2021.

Fonte: <https://twitter.com/agencialupa/status/1463653810795122688>



Em 1820, os escravos que faziam os serviços domésticos eram chamados de criados. Alguns desses homens e mulheres passavam dia e noite imóveis ao lado da cama com um copo d'água, roupas ou o que mais fosse. Porém, alguns senhores achavam incômodo o fato de eles falarem, e muitos chegavam a perder a língua. Outros sofreram duras punições para "aprender" a nunca se mexer quando houvesse alguém dormindo. Um dia, surgiu a ideia de uma pequena mesinha para ficar ao lado da cama, usada basicamente para apoiar objetos. Esse móvel exercia a mesma função do escravo doméstico e foi chamado de criado. Então, para não confundir os dois, passaram a chamar o móvel de criado-mudo. Dois séculos depois, sem nos dar conta, ainda carregamos termos racistas como esse, mas sabemos que é sempre tempo de mudar e evoluir. Por isso, a Etna está começando a abolir o nome "criado-mudo" de todas as suas lojas, virtual e físicas, e queremos que você também faça parte desse movimento.

FIGURA 3 - Propaganda da loja de móveis Etna em 2019 veiculada em suas redes sociais (texto transcrito do vídeo).

Fonte: Vídeo reprodução do instagram

Na figura 1, a Agência Lupa⁷ faz uma postagem na rede social Twitter⁸ acerca da expressão “Feito nas coxas” com os seguintes enunciados: **“A origem dessa expressão remonta ao período da escravidão no Brasil (séculos 16 a 19)”**, observamos que a entrada para a reflexão busca onde nasce a expressão para, então, defender a ideia de que seu uso promove o racismo. Vejamos os enunciados que seguem: “Nessa época, as telhas das moradias eram feitas de argila e moldadas nas coxas de escravizadas e escravizados. A expressão, muitas vezes usada hoje, remete a algo ruim, mal feito.” O percurso construído na explicação, argumenta na direção de reafirmar que algo feito pelos escravos, pelos negros, era um produto ruim, as telhas seriam mal feitas, feitas de qualquer jeito já que eram produzidas por negros. Sua retomada mobilizaria uma memória sobre a escravidão e a desvalorização do trabalho executado por negros.

Na mesma postagem da Agência Lupa no Twitter, ocorre algo semelhante com o uso do termo “Criado-mudo” (figura 2) ao afirmar que “O uso desse móvel **tem origem em um dos papéis desempenhados pelos escravizados** dentro da casa dos senhores brancos: o de segurar as coisas para seus “donos”. Como o empregado não podia fazer barulho para não atrapalhar os moradores, ele era considerado mudo. Essa expressão refere-se a esses criados”. Observamos o mesmo movimento, a “origem” do termo é trazido para, em seguida, os elementos que o complementam serem trazidos e a proposição dos não-linguistas Militantes ser empreendida em favor de que seu uso promove um posicionamento racista haja vista que os “criados-mudos” eram negros escravizados que não podiam falar, deviam servir aos brancos em silêncio.

Ainda sobre o termo criado-mudo, a loja Etna posta uma propaganda em forma de vídeo em suas redes sociais com a legenda “tem palavras que não dá mais pra falar”, “passaremos a chamar de mesa de cabeceira”. No vídeo, após a pergunta transcrita, “Como chama esse móvel?”, alguns atores negros respondem que se tratam de um criado mudo, então, entra um deles com um papel na mão e lê: **“Estamos em 1820, os escravos que faziam serviços domésticos eram chamados de criados**. Alguns desses homens e mulheres passavam dia e noite imóveis ao lado da cama com um copo d’água, roupas ou o que mais fosse. Porém, **alguns senhores achavam incômodo o fato deles falarem e muitos chegavam a perder a língua”**.

Como os dois primeiros recortes da Agência Lupa, notamos uma retomada histórica, originária do termo “criado-mudo” seguida da defesa em se excluir o uso em virtude da retomada de questões históricas que reforçam uma posição racista e que segrega, exclui os negros. Com intuito de demonstrar o quão racistas podem ser os termos, os ativistas lançam mão de uma etimologia popular que procura, nas suas origens, uma explicação para tal construção. Os termos “feito nas coxas” e “criado-mudo” são exemplos desses fazeres linguísticos. Ignorando alguns funcionamentos da

⁷ Link de acesso: www.lupa.uol.com.br

⁸ <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/5756/4862.pdf?sequence=1>

língua, como o próprio funcionamento discursivo⁹, ativistas se ancoram na história da origem dos termos para produzirem um falar menos racista, construindo, assim, um fazer emancipatório político-social por meio de um fazer linguístico.

Tais mobilizações linguísticas tornaram-se tão efetivas que transpuseram o discurso militante, cruzaram a barreira do ativismo e foram tomar o lugar do consumismo. Assim, a publicidade se apoderou do discurso militante e mais ainda, das práticas militantes emancipatórias. Dessa maneira, como demonstram os recortes, os militantes, ativistas do movimento negro vão buscar a origem dos termos, mesmo que essa não seja passível de comprovação. Pela origem, história escravocrata brasileira, produzem-se explicações que sustentam a luta discursiva desses grupos que se filiam, fortemente, nas questões de língua para evidenciar suas lutas e tirarem seu grupo da subjugação.

Algumas considerações

Pelos recortes trazidos para nossa breve análise, é possível atestar a circulação dos dizeres e a utilização que redes sociais propiciaram para a exacerbação de fazeres linguísticos produzidos por não-linguistas. A possibilidade de dizer, dada aos sujeitos pelas redes sociais, permite ao sujeito comum questionar de maneira mais efetiva, não só a sociedade, como também a língua e seu funcionamento imbricado pelo histórico, social e político.

Na tentativa de propor uma expansão da categorização das práticas emancipatórias produzidas por não-linguistas militantes, propusemos uma reflexão em torno da retomada da etimologia, da origem, do nascedouro das expressões e dos termos “Feito nas coxas” e “Criado-mudo” postadas pela Agência Lupa e em uma das propagandas da Loja de Departamento Etna, as quais denominamos práticas emancipatórias originárias. Tais práticas são apenas um esboço de uma reflexão que pode (ou não) ser muito maior e produtiva acerca da produção de enunciados sobre a língua que buscam sedimentar-se em questões linguísticas para defender seu militante.

Portanto, os não-linguistas, ou seja, os populares, as pessoas que não desenvolvem reflexões sobre a língua no ambiente científico e acadêmico estão mobilizando fazeres linguísticos, produzindo práticas, e a língua está aí funcionando, materializando lugares e poderes. Deste modo, cabe aos linguistas também contemplar os fazeres linguísticos realizados pelos populares. Não compete aos pesquisadores da Linguística Popular impor a cientificidade em detrimento do popular, já que é exatamente esse fazer linguístico que movimenta as engrenagens desse campo em desenvolvimento no Brasil.

9 Em virtude do nosso posicionamento enquanto analistas do discurso, nos propomos a pensar a língua juntamente com outros lugares teóricos, pois, a Linguística popular é uma disciplina de entrelaçamentos.

Informações complementares

Avaliação e resposta dos autores

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v22i2.2120.R>

Editores

Marcelo Rocha Barros Goncalves

Afiliação: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1894-9746>

Dennis Preston

Afiliação: Universidade de Kentucky

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9949-0211>

Roberto Leiser Baronas

Afiliação: Universidade Federal de São Carlos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0758-0370>

RODADAS DE AVALIAÇÃO

Avaliador 1: Alexandre Ferreira da Costa

Afiliação: Universidade Federal de Goiás

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4623-1970>

Avaliador 2: Renata de Oliveira Carreon

Afiliação: Universidade Estadual de Campinas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1945-1904>

AVALIADOR 1

O trabalho sob exame se autoidentifica como “relato de pesquisa” e enquadra-se, perfeitamente, na categoria de “relatório de pesquisa” do Periódico. Trata-se de uma contribuição original e relevante aos estudos do campo da *Linguística Popular* desenvolvidos primariamente nos Estados Unidos e, mais recentemente, na França e no Brasil, sobretudo pelos estudiosos Marie-Anne Paveau e Roberto Leiser Baronas, respectivamente.

Nesse escopo, concentra-se na análise de práticas linguísticas emancipatórias em ambiente digital, buscando verificar se agenciamentos militantes produzem “reconfigurações linguísticas nas falas das pessoas”. Tal escolha é também relevante, porque verticaliza, no contexto brasileiro, uma das quatro grandes categorias propostas pela pesquisadora francesa já referida.

Um das virtudes do texto é a empiria selecionada no campo do debate virtual, uma vez que, já há algum tempo, o meio digital concentra os maiores investimentos e impactos de quase todas as questões sociais, com seus ganhos de alcance e suas perdas de descolamento espaço-temporal. É uma região discursiva de grande complexidade semântico-pragmática ainda não bem compreendida.

Assim também, outra qualidade do ‘relato’ é sua revisão teórico-metodológica, sucinta e muito bem estruturada para os objetivos do trabalho, sendo suficiente e efetiva como tratamento dos dados. É o caso, por exemplo, da assunção da necessidade de contribuir para esse “olhar antieliminativo dos saberes populares”, rejeitados por pertencerem ao “senso comum” em outras perspectivas, mas aqui aceitos. A questão é que a perspectiva científica tem também um espaço de ‘senso comum’, cuja correção pode sim vir desse viés e não apenas da contradição superação interior do discurso acadêmico, como já se aceita.

Na empreitada de fundamentação teórica, no entanto, haveria talvez a necessidade de cuidar de elementos de tradução tendo em vista o contexto brasileiro. Esse é o caso da resenha da discussão dos termos ‘negro’ e ‘preto’ no discurso militante, citados sem referência aos termos usados no contexto estadunidense e francês frente ao brasileiro. A menção aos termos de língua estrangeira permitiria melhor compreensão em um trabalho de Linguística Popular. O que é, no entanto, algo facilmente corrido com uma nota de rodapé, como se faz logo em seguida após a citação da estudiosa francesa.

A empiria apresentada e analisada é bastante representativa do foco no caráter ‘epilinguístico’ da abordagem. Este é ponto central do parecer: o texto cumpre sua função, uma vez que apresenta o nível discursivo da linguística popular sem invalidar os dados por outras questões periféricas, mesmo que pertinentes. Um exemplo disso é a assunção das autoras da indiferença da reflexão sobre os fundamentos etimológico de alguns dados. Não é essa a questão da Linguística popular, mas, novamente, em nossos termos, a do agenciamento da militância.

Recomendamos, portanto, a publicação do trabalho com alguns ajustes pequenos:

1. Alusão aos resultados da pesquisa no resumo;
2. Revisão de equívocos de redação (apontados em anexo deste parecer);

Os demais aspectos salientados pelas orientações aos pareceristas são cumpridos, de acordo com o gênero do trabalho, *salvo melhor juízo*.

AVALIADOR 2

O artigo apresenta claros objetivos e responde suas perguntas de pesquisa. Apresenta arcabouço teórico e metodológico compatível com a área em construção da Linguística Popular, evidenciando bibliografia atual e relevante. O tema proposto é pertinente para os estudos da área e para o dossiê

da Abralín. No entanto, o texto apresenta alguns problemas ortográficos e gramaticais. Por esses motivos, recomendo que o artigo seja aceito mediante a revisão textual dos autores.

Conflito de Interesse

As autoras não têm conflitos de interesse a declarar.

REFERÊNCIAS

- ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M. **Linguística popular - a linguística 'fora do templo'**: Definição, geografia e dimensões. Revista Fórum Linguístico, Florianópolis, v.16, n.4, p. 4257-4270, 2019.
- BARONAS, R. L.; COX, M. **Linguística popular/folk linguistics e linguística científica**: Em vez do versus, propomos a integração. Revista Fórum Linguístico, Florianópolis, SC, v.16, n. 4, 2020a.
- BARONAS, R. L.; COX, M. **Linguística Popular/Folk Linguistics**: Práticas, Proposições e Polêmicas? Homenagem a Amadeu Amaral. 01. ed. Campinas - SP: Pontes Editores, 2020b. v. 01. 250p.
- BARONAS, R. L. **Racismo estrutural no Brasil: lugares parciais de fala, pré-construído e Linguística popular/Folk linguistics** (Structural racism in Brazil: partial places of speech, pre-constructed and Folk linguistics). Estudos da Língua(gem), v. 19, p. 151-165, 2021.
- NIEDZIELSKI, N. A.; PRESTON, D. R. **Folk Linguistics**. Mouton de Gruyter, New York, 2003.
- OLIVEIRA, D. H.; FALCONI-PIRES, L.M. **A (re)significação de estigmas na canção bixa preta: os não-linguistas e os embates discursivos**. In: Dossiê de Linguística Popular, Revista Porto das Letras, Tocantis, 2021.
- PAVEAU, M-A. **Linguística folk**: uma introdução. Araraquara, SP: Letraria
- PAVEAU, M-A. **Não linguistas fazem linguística?** Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. Revista Policromias, UFRJ, 2018
- PAVEAU, M-A. **Novas proposições sobre a linguística popular**: metadiscursos militantes e crianças-linguistas. Tradução de Livia M. Falconi Pires e Roberto Baronas In: BARONAS, R. L.; COX, M.I. P.(orgs). Linguística popular/folk linguistics: práticas, proposições e polêmicas homenagem a Amadeu Amaral. Ed. Pontes, Campinas, 2021.
- PIRES, L. M.F.; CARVALHO, L. P.; SANTOS, G. F. **Práticas populares na mobilização linguística em tempos pandêmicos**. In: Mariana Morales da Silva, Lílian Pereira de Carvalho, Júlio Antonio Bonatti Santos. (Org.). Pandemia em (dis)curso. 1ed.Catu-BA: Editora Bordô Grená, 2022, v. 1, p. 104-124.
- SANTOS, S.F.; CARVALHO, L. P.; SANTOS, G. F. **Da gramática normativa à linguística popular militante: um percurso da linguagem neutra**. PORTO DAS LETRAS, v. 7, p. 141-159, 2021.